

**A. I. N°** - 232151.0031/20-2  
**AUTUADO** - DCM CONEXÕES E VÁLVULAS LTDA.  
**AUTUANTE** - RUBEM FRANCELINO DE SOUZA  
**ORIGEM** - DAT METRO / INFAZ VAREJO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET: 16/07/2025

**6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF N° 0127-06/25-VD**

**EMENTA:** ICMS. SIMPLES NACIONAL. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA; **a)** FALTA DE RECOLHIMENTO. Reduzido o valor lançado com base na informação fiscal que acolhera as alegações defensivas. Excluído o mês de jun/17, vez que não se encontrava lançado originariamente, o que constitui inovação indevida. Infração elidida em parte; **b)** RECOLHIMENTO A MENOS. Infração excluída com base na informação fiscal que acolhera as alegações defensivas. Infração elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de infração em epígrafe, lavrado em 14/07/2020, exige ICMS no valor histórico de R\$ 101.177,66, além de multa e dos acréscimos moratórios, em decorrência das seguintes infrações:

**Infração 01 - cód. 007.021.001:** Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - simples Nacional referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. **ICMS:** R\$ 90.055,13. **Multa:** 60%.

**Infração 02 - cód. 007.021.002:** Efetuou recolhimento a menor do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - simples Nacional referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. **ICMS:** R\$ 11.122,53. **Multa:** 60%.

O Sujeito Passivo apresenta impugnação às folhas 94/95, mediante a qual contesta o presente lançamento, aduzindo o que segue.

Informa que, durante o prazo de levantamento das informações das notas informadas em planilha enviada pela SEFAZ, foram subdivididos três autos de infração, no qual pode constatar diversas incoerências e divergências referentes a identificação das notas informadas, já que foi constatado e comprovado divergência em todas as datas vinculadas a estas notas, como, por exemplo, notas com data de emissão do ano de 2019, mas que na verdade foram emitidas em 2015. Explica que essa divergência procede em toda planilha, o que acaba gerando outra divergência na planilha, essa, referente aos valores cobrados, pois no período anterior a 03/2016, a alíquota estadual era de 17%, após esse período, 18%, gerando assim débitos calculados de maneira equivocada.

Independente disso, informa que fez, internamente, o levantamento de todas as notas vinculadas em cada planilha e foram constatadas as seguintes situações:

- cobrança de ICMS ST em notas em que o imposto já foi recolhido.
- cobrança de antecipação de ICMS em que o imposto já foi recolhido.
- cobrança de ICMS ST em nota em que o NCM do produto não se classifica como produto substituto no estado da Bahia.
- cobrança de antecipação ICMS em produtos que tiveram seu recolhimento via ICMS ST.
- cobrança de ICMS ST em produto que só incide substituição somente quando adquiridos para o ramo de construção.

– Notas Fiscais cuja numeração informada na planilha não foi encontrada no próprio Estado.

Diante dos fatos relatados acima, ressaltando a documentação já anexada e as planilhas e comprovantes de pagamento em anexo, pede pela improcedência do Auto de Infração Nº 232151.0031/20-2, ressaltando que o realmente devido já foi consolidado e pago no Auto de Infração vinculado que se findou, nº 232151.0030/20-6, na quantia correspondente de R\$ 95.351,44 mais R\$ 4.159,86, em dois DAEs respectivos em anexo, e no outro Auto de Infração vinculado ao nº 232151.0029/20-8, foi opinado pela improcedência.

Acosta planilhas demonstrativas, às folhas 96/106.

Termos em que, pede deferimento.

Às folhas 109-A/111, o autuante presta informação fiscal, aduzindo o que segue.

Informa que, após análise da peça defensiva, constatou que os argumentos apresentados pela autuada têm procedência em parte.

Ressalta que a fiscalização realizada, que originou a lavratura do presente auto de infração, foi respaldada dentro das normas tributárias pertinentes, estando assim, acobertada dentro da mais absoluta legalidade, prevista no nosso ordenamento jurídico, inclusive, a Constituição Federal, CTN, RICMS/BA e Legislação do Regime Simplificado Nacional - SIMPLES NACIONAL.

Explica que, diante da pandemia que se alastrou pelo mundo, a autuada foi indicada para ser fiscalizada visto que deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação ou substituição tributária e efetuou o recolhimento a menor do ICMS por antecipação ou substituição tributária. Foi intimada via DT-e, e não apresentou nenhuma documentação. Por este motivo, explica que a fiscalização foi feita baseada nas informações constantes do sistema da SEFAZ.

Em função de a autuada ter apresentado uma peça defensiva e nela conter vários questionamentos, além de solicitar a realização de uma nova apuração, informa que fez novas planilhas, excluindo a infração 02 - 07.21.02 e acolhendo todos os questionamentos apresentados pela autuada em sua peça defensiva (fls. 110 a 148).

Por este motivo, explica que o auto de infração com valor histórico de R\$ 101.177,66, passou a ser de R\$ 66.026,24.

Por fim, solicita que o AUTO DE INFRAÇÃO, seja julgado PROCEDENTE EM PARTE, por ser de direito e justiça.

Às folhas 155/156, o Sujeito Passivo apresenta manifestação, repetindo os argumentos já deduzidos em sua petição impugnatória.

Volta a acostar cópia dos documentos fiscais já anexados, anteriormente.

Considerando que, após a última manifestação empresarial, o processo foi remetido, diretamente, para o CONSEF, sem oportunizar, ao autuante, a prestação de nova informação fiscal.

Considerando, ainda, que o autuante deve ser o último a se manifestar nos autos, segundo prevê o art. 127 do RPAF.

Considerando, por fim, a necessidade de que sejam examinados os documentos e planilhas anexados pelo Sujeito Passivo, com o propósito de avaliar se possuem a capacidade de elidir, ainda que parcialmente, o presente lançamento.

Esta 6ª JJF, em sessão suplementar realizada no dia 19/12/2024, deliberou, em busca da verdade material, por converter o feito em diligência, à INFAZ DE ORIGEM, com vistas a que o autuante prestasse nova informação, examinando os documentos e planilhas anexados ao processo, às folhas 158/172, com vistas a avaliar se possuem o condão de elidir, ainda que parcialmente, o presente lançamento.

Às folhas 177-A/178, o autuante presta uma nova informação fiscal, aduzindo o que segue.

- 1- Considerando que a autuada foi indicada para ser fiscalizada visto que não vinha recolhendo o ICMS antecipação parcial, ou vinha recolhendo o ICMS antecipação parcial a menor.
- 2- Considerando que a autuada apresentou uma peça defensiva fazendo várias indagações (Fls. 95 a 107).

- 3- Considerando que diante da peça defensiva da autuada, foi feita uma informação fiscal a qual apresenta novas planilhas e o valor histórico do auto de infração que era de R\$ 101.177,66, passou a ser R\$ 66.026,24 (sessenta seis mil vinte seis reais e vinte quatro centavos) (Fls.110 a 148).
- 4- Considerando que a autuada não satisfeita com a informação fiscal do autuante, apresentou uma nova peça defensiva fazendo novas alegações infundadas, anexando um DAE com o valor principal de R\$ 2.241,22, conforme consta número em documento de origem, referente ao auto de infração em tela (Fls. 155 a 171).
- 5- Considerando que, após análise da peça defensiva da autuada, manteve os valores da Informação Fiscal às folhas 110 a 148 com os respectivos demonstrativos, solicita que o Auto de Infração seja julgado PROCEDENTE EM PARTE.

É o relatório.

## VOTO

Considerando que não foram suscitadas questões preliminares, adentro diretamente ao mérito da autuação, conforme segue.

Quanto à Infração 01, a conduta autuada foi descrita como *“Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - simples Nacional referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado”*.

Trata-se de exigência de ICMS Antecipação Parcial sobre o ingresso de mercadorias, conforme esclarece a peça inaugural do lançamento.

O Sujeito Passivo se opôs ao lançamento, oportunidade em que aponta os erros a seguir no levantamento fiscal:

- “1. Cobrança de ICMS ST em notas em que o imposto já foi recolhido;*
- 2. Cobrança de antecipação de ICMS em que o imposto já foi recolhido.*
- 3. Cobrança de ICMS ST em nota em que o NCM do produto não se classifica como produto substituto no estado da Bahia.*
- 4. Cobrança de antecipação ICMS em produtos que tiveram seu recolhimento via ICMS ST.*
- 5. Cobrança de ICMS ST em produto que só incide substituição somente quando adquiridos para o ramo de construção.*
- 6. Notas que a numeração informada na planilha não foi encontrada no próprio Estado.”*

Em sua informação fiscal, o autuante acolhe todos os argumentos empresariais, oportunidade em Refaz os demonstrativos e reduz o valor lançado, conforme se lê em trecho de sua peça informativa, abaixo transcrito.

*“ ...*

*Fizemos novas planilhas, excluimos a infração 02 - 07.21.02 e todos os questionamentos apresentados pela autuada em sua peça defensiva. (fls. 110 a 148).*

*Por este motivo o auto de infração com valor histórico de R\$ 101.177,66, passou a ser de R\$ 66.026,24 (sessenta seis mil vinte seis reais e vinte quatro centavos).”*

Cientificado do teor da informação fiscal, o Sujeito Passivo se limitou a repetir os argumentos contidos em sua peça defensiva (já acatados pelo autuante), sem especificar qualquer erro no novo levantamento fiscal.

Reitera que já recolhera valores, atinentes a outro auto de infração, lavrado na mesma Ordem de Serviço que dera origem à auditoria.

Considerando que nada mais foi aduzido nem especificado pela defesa, acolho o demonstrativo de débito acostado pelo autuante (folha 112), exceto o valor relativo ao mês de junho/17 (R\$ 236,12), já que, nesta competência, nada havia sido lançado, originalmente, não sendo possível inovar nesta etapa do processo.

Assim, julgo a Infração 01 como procedente em parte, conforme demonstrativo abaixo.

MÊS	2015	2016	2017	2018	2019	
JAN			R\$ 1.654,20	R\$ -	R\$ -	
FEV		R\$ 412,00	R\$ 76,83	R\$ 173,03	R\$ -	
MAR		R\$ 1.919,24	R\$ 7.525,85	R\$ 212,45	R\$ 622,92	
ABR		R\$ 2.667,88	R\$ 4.351,46	R\$ -	R\$ 609,50	
MAI		R\$ 2.306,54	R\$ 1.765,44	R\$ 1.145,28	R\$ 2.367,82	
JUN		R\$ 2.395,03		R\$ -	R\$ -	
JUL		R\$ 1.129,33	R\$ 1.269,45	R\$ -	R\$ -	
AGO	R\$ -	R\$ 5.697,20	R\$ 6,44	R\$ -	R\$ -	
SET	R\$ 4.665,20	R\$ 3.997,05	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
OUT	R\$ 5.126,99	R\$ 3.190,41	R\$ -	R\$ 3,53	R\$ 279,59	
NOV	R\$ 999,71	R\$ 1.682,66	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
DEZ	R\$ 3.238,42	R\$ 4.248,61	R\$ 50,06	R\$ -	R\$ -	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 14.030,32</b>	<b>R\$ 29.645,95</b>	<b>R\$ 16.699,73</b>	<b>R\$ 1.534,29</b>	<b>R\$ 3.879,83</b>	<b>R\$ 65.790,12</b>

Quanto à Infração 02, a conduta autuada foi descrita como “Efetuou recolhimento a menor do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - simples Nacional referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado”.

Embora o Sujeito Passivo tenha se insurgido também em relação a esta acusação, englobou os seus argumentos para as duas infrações, de forma indistinta.

Em sua informação fiscal, o autuante acolheu os argumentos da empresa e afirmou que esta infração é improcedente, conforme se extrai de trecho da peça informativa, que volto a destacar abaixo.

*“Fizemos novas planilhas, **excluimos a infração 02 - 07.21.02** e todos os questionamentos apresentados pela autuada em sua peça defensiva. (fls. 110 a 148).”*

Assim, acolho o novo demonstrativo fiscal e julgo a Infração 02 improcedente.

Do exposto, julgo o Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE, conforme abaixo.

INFRAÇÃO	ICMS
1	R\$ 65.790,12
2	R\$ -
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 65.790,12</b>

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **232151.0031/20-2**, lavrado contra **DCM CONEXÕES E VÁLVULAS LTDA.**, devendo ser intimado, o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 65.790,12**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já reconhecidos e recolhidos pela empresa.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 04 de junho de 2025.

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR - PRESIDENTE

LUIZ ALBERTO AMARAL DE OLIVEIRA - RELATOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR